

RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU**QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Valdis DOMBROVSKIS****Vice-presidente executivo indigitado para uma Economia ao Serviço das
Pessoas****Questão n.º 1: Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Há trinta anos, em 23 de agosto de 1989, mais de dois milhões de pessoas deram as mãos para formar uma cadeia humana atravessando os três Estados bálticos: Estónia, Letónia e Lituânia. A «Cadeia Báltica», um acontecimento histórico, foi uma manifestação pacífica contra o regime opressor da União Soviética. Os cidadãos das três nações bálticas exprimiram o seu desejo de liberdade, democracia e direito à autodeterminação. A minha nação — a Letónia —, e eu percorremos um longo caminho desde então. Hoje em dia, a Europa vive unida, a Letónia está integrada no seu cerne e 500 milhões de europeus vivem em liberdade e prosperidade. Contudo, não devemos encarar o projeto europeu como um dado adquirido. Os tempos mudaram a tal ponto que precisamos de defender os valores europeus, investir na unidade e enfrentar novos desafios — juntos. Esta primavera, candidatei-me às eleições europeias, liderando o meu partido com base num programa marcadamente pró-europeu. Os eleitores confiaram-me a missão de trabalhar para uma União Europeia mais forte e mais unida. Acredito que tal é do interesse da Letónia e de todos os outros Estados-Membros. O cumprimento desta missão é o meu principal objetivo e dever.

No que respeita às minhas qualificações profissionais, tenho a honra de desempenhar as funções de vice-presidente responsável pelo Euro e o Diálogo Social no âmbito da Comissão Juncker. Desde julho de 2016, sou também responsável pela Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capital. Juntamente com o comissário Pierre Moscovici, estou encarregado da governação orçamental e económica da União Europeia; lidero os trabalhos relativos ao reforço da União Económica e Monetária da Europa. A Comissão melhorou o processo do Semestre Europeu, dando uma maior ênfase à sua dimensão social, ao crescimento inclusivo e ao reforço da colaboração com as autoridades nacionais, os parceiros sociais e as partes interessadas. Desloquei-me a todos os Estados-Membros para debater as evoluções económicas, orçamentais e sociais. Efetuei 40 visitas aos parlamentos nacionais e participei num número equivalente de reuniões com parceiros sociais nacionais.

Fizemos progressos no aprofundamento da UEM. Conduzi os trabalhos relativos à conclusão da União Bancária e à criação da União dos Mercados de Capitais. Estou fortemente motivado para concluir os dois projetos, uma vez que estes contribuirão para tornar o sistema económico e financeiro europeu mais forte e mais resiliente, apoiando o crescimento e a estabilidade. Encorajo todas as partes envolvidas a retomar rapidamente os trabalhos sobre a proposta da Comissão relativa aos instrumentos orçamentais, incluindo o Instrumento Orçamental para a Competitividade e a Convergência, bem como sobre um instrumento de estabilização orçamental a nível da UE. A Comissão atual propôs uma Função Europeia de Estabilização do Investimento e uma das prioridades da próxima Comissão será a criação de um mecanismo europeu de resseguro de desemprego. Juntamente com a comissária Marianne Thyssen, fui responsável pelo desenvolvimento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e pela retoma do diálogo social a nível da UE.

Assumi as funções de primeiro-ministro da Letónia numa altura em que a economia nacional estava em queda livre e atravessava uma grave crise financeira. O restabelecimento da economia e a adesão ao euro, cinco anos depois, não teria sido possível sem um diálogo constante com os parceiros sociais durante este período difícil.

Fui primeiro-ministro da Letónia em três governos consecutivos, de março de 2009 a janeiro de 2014. Exerci o cargo de deputado ao Parlamento Europeu (de 2004 a 2009), onde fui membro da Comissão dos Orçamentos e membro suplente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Este ano, fui eleito pela terceira vez para o Parlamento Europeu. Tomei a decisão de renunciar ao meu mandato, na sequência da decisão do Governo letão de me nomear como comissário indigitado. Fui também eleito três vezes para o *Saeima* — o Parlamento da Letónia — (2002, 2010, 2011) e exerci o cargo de ministro das Finanças da Letónia de 2002 a 2004.

Globalmente, tenho uma longa experiência política nas instituições da UE — o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia — que me proporcionou conhecimentos práticos sobre o funcionamento do processo decisório da UE.

No que diz respeito à agenda estratégica que temos pela frente, concordo com a presidente eleita Ursula von der Leyen que a capacidade de resposta da União Europeia é posta à prova por grandes desafios como as alterações climáticas, a digitalização, as alterações demográficas, um sistema comercial internacional menos aberto e a emergência de novas potências. Estes desenvolvimentos exigirão uma transformação profunda das nossas economias, afetando profundamente as nossas sociedades e alterando a forma como vivemos e trabalhamos. Se for confirmado na minha função, serei responsável por dirigir e coordenar o trabalho de toda a Comissão para garantir que a economia europeia está ao serviço das pessoas e que preservamos o nosso modelo único de economia social de mercado. Tal implica promover a equidade e a inclusão em todas as nossas políticas económicas, de modo a que a transição ecológica e digital não se faça em detrimento dos membros mais vulneráveis das nossas sociedades. Precisamos de reformar a fiscalidade, investir na educação e na melhoria de competências, bem como em políticas sociais que ajudem os mais fracos de forma eficaz. Juntamente com os meus colegas, continuarei a trabalhar na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A transição para uma economia com impacto neutro no clima exigirá investimentos significativos, tanto públicos como privados. Para realizar a transição, e tirando partido da minha experiência com a política de financiamento sustentável, trabalharei no sentido de desenvolver um novo Plano de Investimento em Financiamento Sustentável. O desafio da emergência climática pode representar uma oportunidade para as empresas europeias se estas reagirem rapidamente. Poderão assim obter uma vantagem competitiva na corrida aos produtos

e serviços ecológicos, que, decerto, se irão desenvolver a nível mundial. O crescimento económico e o respeito do ambiente não são conceitos mutuamente exclusivos.

Temos de continuar a trabalhar na construção de uma UEM forte para ajudar a Europa a fazer valer o seu pleno peso económico no mundo. Precisamos de reforçar o papel internacional do euro. Tal implica concluir a União Bancária, encontrando uma solução para o pilar em falta: o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos. Paralelamente, devemos intensificar a nossa luta contra o branqueamento de capitais: não há lugar para dinheiro sujo nos bancos europeus. Atribuo um elevado grau de prioridade à União dos Mercados de Capitais devido ao seu papel fundamental na facilitação do acesso ao financiamento para as nossas pequenas e médias empresas, que são a espinha dorsal da nossa economia e da criação de emprego. Embora a Europa reúna imenso talento e inovação, as nossas PME têm dificuldade em tornar-se inovadoras em larga escala, muitas vezes devido a um acesso insuficiente ao financiamento. Também no âmbito do aprofundamento da UEM, será necessário prosseguir os trabalhos sobre os instrumentos orçamentais.

Em matéria de governação económica, quero reforçar as melhorias introduzidas no Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas através de uma dimensão social mais forte e integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável neste trabalho, mantendo, ao mesmo tempo, a tónica macroeconómica do Semestre Europeu.

O projeto europeu só pode ser credível se permanecer aberto aos seus membros e aos que solicitam ajuda em períodos de necessidade. É por isso que, se for confirmado, quero continuar a apoiar os Estados-Membros nos seus esforços de adesão ao euro. Considero que devemos também apoiar os países terceiros parceiros na nossa vizinhança alargada, nomeadamente prestando assistência à Ucrânia para a sua estabilização económica.

Quero ajudar a superar o fosso entre o Leste e o Oeste, que ainda é demasiado perceptível na Europa. A minha equipa refletirá esse equilíbrio geográfico, bem como um equilíbrio de género, que sempre promovi. Apoio firmemente a posição da presidente eleita em matéria de equilíbrio de género. Este princípio ocupa um lugar de destaque no Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Apoiarei ativamente medidas concretas para aplicar na prática o princípio da igualdade de género. Contribuirei para o desenvolvimento de uma nova estratégia europeia para a igualdade de género e apoiarei medidas vinculativas de transparência em matéria de remuneração para expor as disparidades salariais entre homens e mulheres. Promoverei também medidas para fomentar a igualdade entre homens e mulheres no âmbito do Semestre Europeu. A preconização de medidas de apoio à participação das mulheres no mercado de trabalho é apenas um exemplo da forma como as recomendações específicas por país podem ajudar a manter a igualdade de género no topo da agenda estratégica.

A igualdade de tratamento é importante em muitos aspetos: cria um sentimento de equidade e de inclusão, que conduz a um sentimento de pertença. É isto que os europeus esperam de nós.

Comprometo-me a respeitar integralmente as obrigações decorrentes dos Tratados em matéria de independência e integridade, imparcialidade e disponibilidade, tal como definidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), bem como a obrigação de sigilo profissional estabelecida no artigo 339.º do TFUE. Declaro solenemente que respeitarei os princípios de ética enunciados nestes artigos bem como o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia. Completei a minha declaração de interesses, que está acessível ao público, e atualizá-la-ei imediatamente caso haja alguma alteração.

Comprometo-me também a não me colocar em posições ou situações que possam pôr em causa a minha independência, imparcialidade e disponibilidade em relação à Comissão. Abster-me-ei de quaisquer outros mandatos públicos e de exercer qualquer outra atividade profissional, remunerada ou não. Comprometo-me a informar de imediato o presidente da Comissão caso venha a surgir uma situação que implique um possível conflito de interesses no exercício das minhas funções oficiais.

Questão n.º 2: Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Sinto-me honrado pela minha nomeação para o papel de vice-presidente executivo de Uma Economia ao Serviço das Pessoas. Se a minha nomeação for confirmada, caber-me-á o importante papel de coordenar uma das seis prioridades principais das orientações políticas da presidente. Ao mesmo tempo que assumirei a responsabilidade política pelas minhas atividades, trabalharei em plena cooperação com todos os membros do Colégio para definir políticas coerentes e cumprir os compromissos estabelecidos nas orientações políticas, encontrando sinergias entre domínios de intervenção e sem perder de vista as prioridades. Não pouparei esforços para construir equipas eficazes e coesas, que creio serem indispensáveis à obtenção dos melhores resultados possíveis. Concordo com a presidente eleita que «é tempo de reconciliar a esfera social e o mercado na economia contemporânea». No âmbito da Comissão e nas relações com as partes interessadas, tenciono agir como moderador e facilitador. Estou convicto de que a minha experiência como vice-presidente e primeiro-ministro pode ser útil neste contexto.

Conto manter uma estreita relação de cooperação com o Parlamento Europeu, os seus órgãos e os seus membros em todas as fases do processo de elaboração de políticas. Participarei regularmente nas reuniões plenárias e das comissões, estarei disponível para debates informais e mantereí um contacto regular com os deputados, especialmente os presidentes e os coordenadores das comissões competentes. Encarregarei a minha equipa de estabelecer relações estreitas com os gabinetes dos deputados do Parlamento Europeu, com base na abertura, na transparência, na confiança mútua e no intercâmbio atempado de informações. Implementarei o desejo da presidente eleita de dar mais voz ao Parlamento Europeu sobre a governação económica da União Europeia. Exercerei a minha função de gestão e organização da representação da Comissão nos meus domínios de competência, nomeadamente de forma a maximizar a sua presença política nos debates em sessão plenária, nas reuniões das comissões e nas negociações do tríplice.

Enquanto única instituição europeia eleita por sufrágio direto, o Parlamento Europeu é o representante dos pontos de vista e das aspirações dos cidadãos, o que confere legitimidade aos processos políticos e de tomada de decisão da UE. A Comissão é responsável perante o Parlamento Europeu. Este princípio de responsabilidade reveste-se de grande importância:

contribui para a eficiência e a boa governação da Comissão e permite-lhe explicar as suas posições em várias fases do processo político e legislativo. Sem prejuízo do princípio da colegialidade, aceito a minha responsabilidade política pessoal pelos domínios que me foram atribuídos, em conformidade com o Acordo-Quadro de 2010 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Neste contexto, posso também garantir que as relações entre mim, o meu Gabinete e os serviços sob a minha responsabilidade assentarão na lealdade, na confiança, na transparência, no intercâmbio de informações e na assistência mútua.

Certificar-me-ei de que as equipas dos comissários que trabalham nos domínios que me foram confiados analisam cuidadosamente e debatem as resoluções do Parlamento relevantes para os seus domínios de intervenção. As opiniões expressas pelo Parlamento Europeu são um contributo muito valioso para o debate político e para a obtenção de consenso entre as instituições da UE. A Comissão está pronta para dar seguimento às resoluções no prazo de 3 meses.

A presidente eleita von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu e comprometeu-se a que a Comissão dê seguimento às resoluções parlamentares aprovadas por maioria dos seus membros através de um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de «Legislar Melhor». Subscrovo integralmente este objetivo e, no âmbito do compromisso assumido pelo Colégio no sentido de uma parceria aprofundada com o Parlamento Europeu, trabalharei lado a lado com o Parlamento em todas as fases das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com as comissões parlamentares relevantes e a ter uma presença ativa durante a preparação das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Acredito firmemente que tal irá melhorar o diálogo, promover a confiança e o sentimento de que trabalhamos em conjunto para alcançar um objetivo comum.

A Comissão dará igualmente uma resposta eficaz às resoluções do Parlamento no prazo de três meses após a sua adoção, em conformidade com o Acordo-Quadro. A Comissão assegurará a supervisão política do processo.

Por último, comprometo-me a aplicar plenamente o princípio da igualdade de tratamento do Parlamento Europeu e do Conselho enquanto colegisladores no que respeita ao acesso a reuniões, informações e documentos, que faz parte do meu dever enquanto membro do Colégio, responsável perante os deputados diretamente eleitos do Parlamento Europeu.

3. É responsável pelo desenvolvimento de uma economia ao serviço das pessoas. No que diz respeito ao quadro de governação económica, está confiante em que este seja suficientemente forte para evitar uma crise da balança de pagamentos e uma crise da dívida soberana no futuro? Que medidas pensa empreender para colmatar as lacunas de longa data da União Económica e Monetária, nomeadamente a inexistência de uma função de estabilização e de uma capacidade orçamental europeia capaz de estimular os investimentos e criar postos de trabalho? Além disso, confirma que continuará a ser responsável pelo euro na próxima Comissão?

Na qualidade de vice-presidente, garantirei que a Comissão utiliza todos os instrumentos à sua disposição para construir uma economia ao serviço das pessoas.

O euro, a moeda comum partilhada pela maioria dos Estados-Membros da UE, é muito mais do que as moedas e notas que as pessoas têm nas suas carteiras. É um símbolo da unidade e da prosperidade europeias, assente numa União Económica e Monetária forte. Tal como estabelecido na carta de missão elaborada pela presidente eleita von der Leyen, caso a minha nomeação seja confirmada, coordenarei o grupo de comissários relevante e liderarei os trabalhos sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária, um papel que já desempenhava na atual Comissão. Continuarei também a liderar os trabalhos sobre o papel internacional do euro. Por conseguinte, para responder à última pergunta, continuarei a ser responsável pelo euro.

Na sequência da última crise, a Comissão — juntamente com as outras instituições da UE e os Estados-Membros — envidou enormes esforços, em primeiro lugar, para preservar a estabilidade e a integridade das nossas economias e, em segundo lugar, para reforçar o nosso quadro de governação. Graças ao Plano de Investimento para a Europa, mobilizámos um investimento adicional de 433,2 mil milhões de euros para a economia europeia. Reforçámos significativamente a dimensão social da União Económica e Monetária e promovemos uma política de tributação justa. Consequentemente, a economia europeia e o euro estão hoje em muito melhor forma. Estamos em crescimento pelo sétimo ano consecutivo; o emprego atingiu um nível recorde, o desemprego situa-se no nível mais baixo desde a crise e os níveis de pobreza estão a diminuir. Nem todos os Estados-Membros tiveram um desempenho igualmente positivo durante a fase de recuperação, mas não há dúvida de que a estabilidade e a integridade globais da economia europeia, e em especial a estabilidade da área do euro, foram reforçadas em comparação com os anos anteriores à crise.

Temos agora de consolidar os progressos realizados e preparar a nossa economia a realizar a importante transformação necessária para enfrentar os novos desafios identificados pela presidente eleita Ursula von der Leyen nas suas orientações políticas. Temos de trabalhar em vários domínios, em especial no fomento do investimento e na adaptação da estrutura da nossa economia. Devemos estar atentos a eventuais riscos para a estabilidade económica e financeira e preservar a sustentabilidade das finanças públicas. Na fase atual, uma política orçamental responsável significa também melhorar a qualidade das finanças públicas e utilizar a margem de manobra orçamental para apoiar o investimento e as reformas.

A redução do défice de investimento a fim de controlar a transição para uma economia neutra em termos de clima constituirá um desafio importante. O Plano de Investimento para a Europa Sustentável, que coordenarei, visa mobilizar 1 bilião de EUR de investimento ao longo da próxima década em toda a UE. Para atingir este objetivo, precisamos de cooperar estreitamente com muitos colegas da Comissão e congregar fundos públicos e privados, com base no InvestEU, nos fundos de coesão e no nosso trabalho em matéria de financiamento sustentável. Para apoiar estes esforços, o Banco Europeu de Investimento deverá consagrar metade do seu financiamento total aos investimentos no domínio do clima até 2025. É necessário que este trabalho seja estreitamente coordenado com o desenvolvimento de uma nova estratégia industrial a longo prazo para a UE.

Paralelamente, a nossa União Económica e Monetária ainda não está concluída. A Comissão apresentou uma série de propostas e lançou várias iniciativas para completar o quadro de governação económica, por exemplo, sobre a União Bancária, a União dos Mercados de Capitais e os novos instrumentos orçamentais. Vários destes projetos percorreram as etapas do processo legislativo com êxito e fazem agora parte da arquitetura reforçada que mencionei anteriormente. Outras propostas, por exemplo sobre uma função central de estabilização orçamental, ainda estão a ser debatidas no Parlamento Europeu e no Conselho. Estou

convencido de que a função de estabilização orçamental é necessária para reforçar a resiliência da área do euro e da UE face a eventuais grandes choques futuros. A atual Comissão apresentou uma primeira proposta concreta para uma Função Europeia de Estabilização do Investimento. No âmbito da nova Comissão, trabalharei no sentido de desenvolver um sistema europeu de resseguro de desemprego, juntamente com os comissários para a Economia e o Emprego. Estou igualmente empenhado em concluir as negociações sobre o Programa de Apoio às Reformas e o instrumento orçamental para a convergência e a competitividade da área do euro, a fim de apoiar as reformas e o investimento favoráveis ao crescimento dos Estados-Membros, em estreita cooperação com o comissário da Coesão e das Reformas.

Na nova Comissão, teremos de fazer avançar os trabalhos sobre a União Económica e Monetária no âmbito de uma agenda mais ampla e mais abrangente que inclua também o investimento, relações comerciais livres e justas, uma fiscalidade justa, a política industrial, o mercado interno e um apoio reforçado às pequenas e médias empresas.

4. Quais devem ser os três objetivos políticos principais durante o próximo mandato da Comissão no quadro da futura regulamentação do setor financeiro? Que avaliação faz da União Bancária no momento presente e dos próximos passos até à sua finalização, em especial tendo em vista concluir o mecanismo de apoio comum para o Fundo Único de Resolução e criar efetivamente um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (SESD), não obstante as atuais divergências de pontos de vista entre os Estados-Membros? A adoção pela Comissão de uma nova proposta legislativa sobre o SESD figura entre os próximos passos? De que modo tenciona tornar os bancos mais fortes e mais seguros, reduzir a sua relevância sistémica e a sua exposição às suas próprias entidades soberanas, combinar a redução dos empréstimos não produtivos com a proteção dos consumidores em toda a União e assegurar condições de concorrência equitativas entre todos os bancos europeus? Pensa que o setor dos serviços financeiros da UE está preparado para um Brexit sem acordo e quais os setores que exigem mais esforços para estarem plenamente preparados para qualquer tipo de Brexit? Como avalia os preparativos no domínio da compensação e da liquidação no caso de um Brexit sem acordo, em especial no que se refere aos derivados denominados em euros?

O setor financeiro está na base da nossa economia e da sociedade em geral. Quando funciona corretamente, pode agir como motor do sucesso económico e da prosperidade. Quando tal não acontece, as consequências podem ser devastadoras. As principais reformas implementadas desde a crise financeira mundial restabeleceram significativamente a saúde dos setores financeiro e bancário da UE e promoveram a recuperação económica em geral. Precisamos de um setor financeiro seguro, que apoie o crescimento económico sustentável e que nos ajude a responder aos desafios globais atuais. Apesar das melhorias registadas nos últimos dez anos, os duros ensinamentos retirados da crise financeira mundial mostram que devemos permanecer atentos a possíveis riscos para a estabilidade financeira.

O meu primeiro objetivo político será assegurar que o setor financeiro continua a financiar a economia de forma segura e eficaz. Neste contexto, o nosso principal objetivo será concluir a União Bancária e continuar a construir a União dos Mercados de Capitais. Registaram-se progressos significativos nos últimos cinco anos, mas podemos ir muito mais além para melhorar o financiamento da economia. O meu segundo objetivo político será assegurar que o financiamento apoia a transição para uma economia sustentável. Para nos tornarmos no primeiro continente com impacto neutro no clima, serão necessários investimentos no valor de

bilhões de euros. Embora o setor público tenha um papel fundamental a desempenhar, serão necessários investimentos substanciais por parte dos investidores privados. A Europa não pode agir sozinha nestas questões; só uma abordagem global poderá ser bem sucedida. Devemos, por conseguinte, continuar a colaborar com os nossos parceiros internacionais para mobilizar os investidores privados internacionais em todo o mundo. Em terceiro lugar, a passagem para uma economia digital está a transformar todos os aspetos do mundo em que vivemos. Temos de garantir que as nossas políticas são coerentes com a transformação digital do setor financeiro. Precisamos de garantir que as empresas podem tirar partido destas novas oportunidades sempre que estas beneficiam os seus clientes e a economia em geral. Ao mesmo tempo, o nosso quadro jurídico deve continuar a assegurar uma proteção adequada dos consumidores e dos investidores; temos também de ser capazes de atenuar os riscos quando estes surgem, em especial quando podem ter impacto na estabilidade financeira. Por último, desenvolverei propostas para assegurar uma maior resiliência da Europa face a sanções extraterritoriais por parte de países terceiros e garantir que as sanções impostas pela UE são devidamente aplicadas, nomeadamente em todo o seu sistema financeiro. No domínio das sanções, trabalharei em estreita colaboração com o alto representante/vice-presidente.

A conclusão da União Bancária será uma prioridade fundamental. A visão original para a União Bancária, apresentada em 2012, era ambiciosa, radical e completamente nova. Esquecemo-nos frequentemente dos resultados que conseguimos obter em apenas alguns anos. Hoje, dispomos de mecanismos comuns de supervisão e resolução e os bancos têm balanços mais sólidos. No entanto, os progressos foram menos significativos no que diz respeito a algumas medidas fundamentais para reforçar a arquitetura da União Bancária. A título de exemplo, os Estados-Membros continuam a debater o conceito de Sistema Europeu de Seguro de Depósitos, o terceiro pilar da União Bancária, ainda em falta. Sem prejuízo das prerrogativas institucionais da Comissão, o resultado desses debates e a posição do Parlamento Europeu devem ser tidos em conta na determinação das próximas etapas adequadas em 2020. Continuo empenhado num Sistema Europeu de Seguro de Depósitos, e é evidente que precisamos de chegar a um consenso sobre esta questão entre os Estados-Membros e com o Parlamento Europeu. Os Estados-Membros chegaram recentemente a um «amplo acordo» sobre a reforma do Tratado que institui o Mecanismo Europeu de Estabilidade, que também fará deste último o mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução. Estes são progressos substanciais e apoiarei ativamente as negociações para alcançar resultados de qualidade, apoiando simultaneamente a rápida conclusão deste importante trabalho.

Graças a um número significativo de reformas, os bancos europeus são hoje muito mais fortes, mais bem capitalizados, menos endividados e mais bem preparados para resistir a choques económicos. Ao mesmo tempo, é necessário continuar a trabalhar para resolver algumas questões pendentes.

É necessário incentivar os bancos a diversificar mais as suas carteiras de obrigações soberanas e a reduzir a preferência nacional, que continua a ser demasiado forte e deixa os bancos demasiado expostos às dificuldades orçamentais do governo do seu país de origem. Não subestimo a complexidade política, jurídica e técnica e a sensibilidade destas questões em toda a UE, nem as suas implicações para a estabilidade financeira, pelo que será essencial chegar a um consenso tanto no Parlamento Europeu como entre os Estados-Membros.

O volume de empréstimos não produtivos diminuiu significativamente para cerca de 3 % no conjunto da UE, graças aos esforços decisivos empreendidos nos últimos anos pelos decisores políticos, supervisores e bancos. No entanto, este número esconde grandes disparidades entre os Estados-Membros e entre os bancos. Para facilitar uma maior redução dos níveis de

empréstimos não produtivos, devemos finalizar rapidamente o nosso trabalho sobre os mercados secundários e o mecanismo acelerado de execução das garantias, tendo plenamente em consideração a necessidade de conceber um sistema que proteja os consumidores.

Por último, devemos aplicar o conjunto final de reformas do Acordo de Basileia III que completam o quadro prudencial bancário pós-crise, de forma a preservar as especificidades europeias e a diversidade do setor bancário da UE.

Embora lamentavelmente o Brexit, um Brexit ordenado é claramente preferível a um Brexit caótico. No entanto, temos de estar preparados para todos os cenários, incluindo a ausência de acordo. Do ponto de vista financeiro, creio que estamos tão preparados quanto possível. Nos últimos meses, adotámos vários atos jurídicos para chegar a esta fase. Com base numa análise conjunta do Banco Central Europeu e do Banco de Inglaterra, os serviços da Comissão tomaram medidas para reduzir todos os riscos para a estabilidade financeira no caso de um Brexit sem acordo. Um Brexit sem acordo pode provocar alguma perturbação na prestação de serviços financeiros e uma certa volatilidade dos mercados financeiros. No entanto, é provável que o impacto negativo mais significativo no setor financeiro resulte do impacto do Brexit na economia real. A este respeito, os testes de esforço demonstraram que o setor financeiro é suficientemente resiliente. Continuaremos a acompanhar de perto a evolução do mercado e a tomar medidas adequadas, se necessário. No domínio específico da compensação e da liquidação, a UE também está preparada para um cenário de ausência de acordo. A Comissão adotou uma decisão de equivalência temporária entre as contrapartes centrais para preservar a estabilidade financeira da UE-27 no caso de um Brexit sem acordo. No caso específico dos derivados do mercado de balcão não compensados, estão em vigor disposições destinadas a assegurar que os contratos continuam a ser válidos e permanecem efetivos após o Brexit. Paralelamente, e para além do Brexit, foram acordadas novas regras para reforçar a supervisão das contrapartes centrais no início deste ano. Estas regras irão reforçar o conjunto de instrumentos de supervisão da UE, nomeadamente para as contrapartes centrais de países terceiros com relevância sistémica para a UE.

5. Qual é a sua avaliação da União dos Mercados de Capitais (UMC) e que medidas concretas tenciona adotar para completar a UMC, a fim de diversificar o acesso das empresas ao financiamento, facilitar o financiamento das pequenas e médias empresas e, ao mesmo tempo, promover uma transição para uma economia mais verde através do financiamento sustentável? Embora os serviços financeiros de retalho sejam serviços críticos, o setor é sistematicamente classificado como um dos mercados com pior desempenho em termos de satisfação dos consumidores e importantes atos legislativos não são aplicados ou executados de forma satisfatória: que medidas tenciona promover para melhorar a convergência no domínio da supervisão e a aplicação da legislação de defesa do consumidor no domínio dos serviços financeiros? Quais é a sua posição sobre uma futura revisão da legislação da UE em matéria de luta contra o branqueamento de capitais?

A União dos Mercados de Capitais é essencial para impulsionar o investimento, o crescimento e a criação de emprego. Os mercados de capitais dinâmicos e integrados, que atuam em complemento de um setor bancário sólido no financiamento da nossa economia, estão em melhor posição para financiar a inovação e criar mais oportunidades de investimento e diversificação dos riscos para os investidores europeus. Uma vez que a União dos Mercados de Capitais contribui para a partilha do risco privado entre os Estados-Membros, é fundamental

para a conclusão da União Económica e Monetária e para o reforço do papel internacional do euro. Registaram-se progressos substanciais desde o lançamento da União dos Mercados de Capitais em 2015: foram adotadas ou acordadas 11 propostas legislativas, tendo a Comissão implementado ou lançado mais de 50 medidas não legislativas. Não obstante, estou ciente de que subsistem alguns obstáculos estruturais importantes. Será prioritário dar um novo impulso à realização da União dos Mercados de Capitais.

Podemos fazer mais para garantir que as empresas europeias têm acesso ao financiamento necessário para investir e criar postos de trabalho. Nos últimos cinco anos, centrámo-nos particularmente em medidas destinadas a reforçar o financiamento baseado no mercado para as pequenas e médias empresas, mais recentemente através da redução dos encargos administrativos e dos custos de conformidade para a cotação pública. Com base neste trabalho, juntamente com a vice-presidente executiva indigitada de uma Europa Preparada para a Era Digital, proporemos uma estratégia para as pequenas e médias empresas, nomeadamente para ajudar a melhorar o seu acesso ao financiamento. Para o efeito, para além de outras medidas, criarei um fundo público-privado que apoiará o acesso das pequenas e médias empresas aos capitais públicos.

Embora tenhamos feito alguns progressos nos últimos cinco anos para eliminar os obstáculos estruturais em domínios significativos para os investimentos transfronteiras, devemos identificar cuidadosamente as lacunas remanescentes e propor novas iniciativas ambiciosas. A título de exemplo, os investidores mencionam frequentemente os obstáculos associados à legislação em matéria de insolvência e aos procedimentos fiscais como entraves aos investimentos transfronteiras. A Comissão também defendeu uma verdadeira supervisão europeia e teremos de analisar se as regras recentemente acordadas sobre as Autoridades Europeias de Supervisão serão suficientes para apoiar a convergência da supervisão na UE.

Precisamos também de uma estratégia para atingir o nosso objetivo de neutralidade em termos de clima até 2050 e atrair capital privado que contribua para realizar estes compromissos. Caso a minha nomeação seja confirmada, tenciono lançar rapidamente uma consulta pública para definir a base de uma nova estratégia de financiamento verde, a fim de recolher as opiniões de todas as partes interessadas. Vários domínios já exigem esforços acrescidos: devemos, nomeadamente, reforçar as bases do financiamento verde explorando formas de melhorar a divulgação de informações sobre a sustentabilidade por parte das empresas, a investigação sobre a sustentabilidade e as notações. O trabalho sobre a taxonomia a nível da UE é fundamental para definir quais as atividades económicas que são sustentáveis do ponto de vista ambiental. A taxonomia contribuirá para a luta contra o ecobranqueamento (*greenwashing*), atualmente generalizada no setor financeiro, e constituirá a base do nosso trabalho em matéria de normas e rótulos, tais como uma norma europeia para as obrigações verdes ou um rótulo ecológico da UE. Liderarei os esforços destinados a atrair o investimento privado em atividades verdes utilizando a plena competência do orçamento da UE, através de um ambicioso Plano de Investimento para uma Europa Sustentável e fazendo do Banco Europeu de Investimento o banco europeu do clima. Além disso, teremos de trabalhar em estreita colaboração com os nossos parceiros para liderar os esforços desenvolvidos a nível mundial com vista a intensificar o financiamento sustentável.

Acredito que a conclusão da União dos Mercados de Capitais dependerá de uma participação mais ativa dos investidores não profissionais. Estou empenhado em trabalhar neste sentido para que os consumidores de toda a Europa tenham acesso a mais e melhores produtos, de forma mais fácil e segura, e a um custo inferior. Para tal, será necessário dispor de uma abordagem global que abranja toda a legislação em vigor. O plano de ação para os serviços financeiros

prestados a consumidores alcançou benefícios tangíveis, por exemplo reduzindo os custos dos pagamentos transfronteiras entre todos os Estados-Membros da UE, e devemos avaliar a sua aplicação. Devemos identificar soluções para oferecer pagamentos transfronteiras baratos e instantâneos e definir uma estratégia clara para as concretizar. No que diz respeito ao investimento, devemos avaliar se as regras de transparência previstas nos diferentes atos legislativos são suficientemente coerentes, eficazes e adequadas à era digital. Devemos também garantir que os consumidores têm acesso a informações completas sobre os custos e o desempenho dos produtos de investimento. No entanto, os mercados financeiros verdadeiramente integrados só podem funcionar corretamente se as regras forem aplicadas e executadas de forma coerente em todos os Estados-Membros. Garantiremos que todas as diretivas da UE neste domínio são plenamente transpostas para o direito nacional em tempo útil, daremos seguimento a todas as queixas recebidas dos consumidores e promoveremos a sensibilização para os direitos dos consumidores e os instrumentos de resolução de problemas. Avaliaremos cuidadosamente as alterações recentemente adotadas quanto às funções das Autoridades Europeias de Supervisão e a sua maior incidência na proteção dos consumidores.

Devemos também aproveitar o potencial das novas tecnologias digitais para proporcionar melhores condições aos consumidores europeus, protegendo simultaneamente a integridade e a estabilidade do sistema financeiro europeu. Para o efeito, comprometo-me a prosseguir os trabalhos sobre a FinTech e a propor uma abordagem comum da UE em relação às criptomoedas.

O combate ao branqueamento de capitais será essencial para a integridade do sistema financeiro. É provável que subsistam desafios mesmo após a plena aplicação das medidas recentes, pelo que teremos de trabalhar em diferentes frentes para melhorar a situação. Para tal, será necessário assegurar a plena aplicação da legislação da União (4.^a e 5.^a diretivas relativas ao branqueamento de capitais) e instaurar processos por infração contra os Estados-Membros que registem atrasos na transposição das regras. Devemos também assegurar uma supervisão mais coerente dos bancos. Existem divergências substanciais entre os quadros de combate ao branqueamento de capitais dos diferentes Estados-Membros e na forma como as regras são aplicadas em cada um deles. O reforço da supervisão em toda a União é claramente uma prioridade. Com base na análise já realizada, continuaremos a avaliar as formas mais adequadas de garantir uma supervisão da luta contra o branqueamento de capitais da mais elevada qualidade em toda a União. Considero adequado atribuir tarefas específicas de supervisão em matéria de combate ao branqueamento de capitais, bem como a respetiva coordenação, a um organismo da União. Dada a sua importância na arquitetura atual, o papel das Unidades de Informação Financeira nacionais deve ser cuidadosamente analisado. Por último, teremos de reforçar o papel da UE nos debates internacionais sobre a luta contra o branqueamento de capitais, a fim de garantir que as normas elevadas da UE são mais bem refletidas na cena internacional.

6. Enquanto vice-presidente executivo para a pasta «Uma economia ao serviço das pessoas», será responsável pela coordenação dos trabalhos sobre o plano de ação para aplicar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e liderar os trabalhos atinentes ao reforço do papel do diálogo social a nível europeu. Será também responsável pela redefinição do Semestre Europeu, de modo a integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

No passado, devido, em parte, às competências cometidas à UE pelos Tratados, registou-se um desequilíbrio entre as políticas sociais, ambientais e económicas a nível da União, na medida em que as questões económicas tiveram um papel mais proeminente. A Presidente eleita da Comissão, Ursula von der Leyen, sublinhou que é agora mais importante do que nunca colocar os direitos sociais, a proteção e a equidade no centro da nossa economia moderna.

Quais as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário, com os seguintes objetivos:

- **Aplicar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e promover um mercado de trabalho europeu justo, funcional e sem barreiras;**
- **Pôr em prática o compromisso de colocar os direitos sociais, a proteção e a equidade no centro da nossa economia moderna, em particular no contexto do Semestre Europeu, a fim de assegurar que os objetivos económicos e sociais da União tenham a mesma prioridade e que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas sejam integrados?**

Gostaria de recordar, em primeiro lugar, que coordenei os trabalhos preparatórios sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, proclamado em novembro de 2017 em Gotemburgo, na primeira Cimeira Social das últimas duas décadas. Nessa ocasião, testemunhei o forte empenho dos Chefes de Estado ou de Governo da UE e do Parlamento Europeu no sentido de uma melhor adoção e aplicação dos direitos sociais.

Sob a liderança da presidente eleita von der Leyen, continuarei a fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que os direitos e princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais sejam efetivos e pertinentes para os nossos cidadãos. Se for confirmado, coordenarei os trabalhos relativos a um plano de ação ambicioso para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais; esta será uma das minhas primeiras prioridades. Analisarei toda a panóplia de instrumentos à nossa disposição, legislativos e não legislativos, o financiamento da UE e o Semestre Europeu.

O pilar representa um compromisso político e uma responsabilidade comuns, pelo que a sua aplicação exigirá uma ação a nível europeu e nacional no âmbito das respetivas competências e no pleno respeito do princípio da subsidiariedade. A aplicação do pilar exigirá também uma colaboração política ativa, nomeadamente com o Parlamento Europeu, com e no interior dos Estados-Membros, com os parceiros sociais e com outras partes interessadas, nomeadamente a sociedade civil. Este aspeto foi igualmente salientado na Agenda Estratégica do Conselho Europeu de junho de 2019.

A nível da União, trabalharei com os meus colegas, em especial com o comissário do Emprego, para apresentar uma série de iniciativas concretas que contribuirão para concretizar o pilar no terreno, tais como:

- Uma iniciativa jurídica sobre salários mínimos justos, respeitando as práticas de fixação dos salários de acordo com as tradições nacionais, através de convenções coletivas ou disposições legais;
- Uma Garantia Europeia para a Infância;
- Reforço da Garantia para a Juventude;

- Um sistema europeu de resseguro de desemprego;
- Uma nova estratégia europeia para as questões de género, incluindo medidas vinculativas de transparência em matéria de remuneração;
- Uma agenda de competências atualizada; e
- Medidas para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas.

Estas e outras ações incluídas nas orientações políticas constituem um ponto de partida ambicioso. Devemos continuar a analisar os 20 princípios, em conjunto com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros, e identificar as áreas onde são necessários mais progressos. Como mostra o painel de indicadores sociais, os resultados sociais diferem bastante entre os Estados-Membros da UE. Considero que a Comissão deve liderar o caminho rumo a uma convergência ascendente e a um crescimento inclusivo que beneficie todos. Tenciono prosseguir esta abordagem com determinação.

Tendo em conta os nossos compromissos globais e o papel de liderança que a Europa deve desempenhar, conduzirei os trabalhos no sentido de transformar o Semestre Europeu num instrumento que integre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas definidos para 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecem um quadro rumo a uma transição justa para uma sociedade e uma economia sustentáveis. Estes objetivos têm de ser traduzidos no contexto da União Europeia. As nossas medidas económicas, sociais e ambientais devem ser indissociáveis. O Semestre Europeu pode proporcionar um quadro adequado para acompanhar os progressos rumo à consecução destes objetivos e prever orientações para a ação política nos Estados-Membros. Por conseguinte, o processo do Semestre Europeu será objeto de uma reorientação estratégica, mantendo simultaneamente a sua incidência macroeconómica. A fim de assegurar a transparência do processo do Semestre Europeu, é importante que a Comissão colabore de forma ativa e atempada com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros, os parceiros sociais e outras partes interessadas. Neste contexto, assegure-me de que os membros competentes da Comissão responsáveis pelas questões económicas e sociais comparecem perante o Parlamento Europeu antes de cada fase essencial do ciclo do Semestre Europeu.

7. Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Juncker, relançou o diálogo social. Quais as medidas concretas que prevê adotar para continuar a reforçar o diálogo social a nível europeu nos próximos cinco anos? De que forma assegurará a Comissão que os parceiros sociais sejam consultados e associados de forma adequada às propostas de iniciativas legislativas e, em especial, de um instrumento jurídico sobre salário mínimo?

No âmbito da Comissão Juncker, um membro do Colégio foi, pela primeira vez, explícita e formalmente designado responsável pelo diálogo social. Sob a minha responsabilidade, lançámos «Um novo começo para o diálogo social», definindo o caminho para uma interação mais estreita e mais profunda com os parceiros sociais.

Orgulho-me do que conseguimos alcançar em conjunto nos últimos cinco anos. Sinto que realizámos progressos significativos no sentido de reforçar o diálogo social, nomeadamente dando um maior papel aos parceiros sociais no Semestre Europeu e na elaboração das políticas da UE. Neste contexto, fiz questão de envolver e consultar os parceiros sociais da UE indo além

das políticas sociais e das obrigações do Tratado, em domínios fundamentais como a União Económica e Monetária, o Plano de Investimento, o Mercado Único Digital, a energia, a iniciativa «Legislar melhor» e a preparação do novo quadro financeiro plurianual. Partirei da dinâmica criada pelo «Novo começo para o diálogo social» para prosseguir a boa cooperação com os parceiros sociais europeus a todos os níveis e nos principais domínios de intervenção.

Tenciono igualmente reforçar a eficácia e o funcionamento do diálogo social intersetorial e setorial para fazer face à evolução do mundo do trabalho, promover a utilização do Fundo Social Europeu+ para o reforço das capacidades dos parceiros sociais nacionais e apoiar os parceiros sociais em matéria de digitalização e na transição para uma economia com impacto neutro no clima. A este respeito, a Cimeira Social Tripartida continuará a ser um momento crucial para aprofundar a nossa cooperação ao mais alto nível político.

Velarei por que os parceiros sociais sejam devidamente consultados e envolvidos nas iniciativas legislativas previstas, em conformidade com os Tratados. As modalidades de consulta serão diferentes consoante a base jurídica. Em conformidade com as obrigações decorrentes do Tratado (artigo 154.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), a Comissão consultará os parceiros sociais, tal como previsto no artigo 153.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. No que se refere especificamente à questão dos salários mínimos, estou plenamente ciente do papel fundamental que os parceiros sociais desempenham nesta matéria e assegurar-me-ei de que estes participam em todas as iniciativas futuras. Em geral, tenciono garantir uma abordagem coerente entre todos os serviços da Comissão, consultando os parceiros sociais sobre as iniciativas políticas setoriais com implicações sociais, como o futuro Plano de Investimento para a Europa Sustentável ou no domínio do comércio.

8. As reformas estruturais são cruciais para criar emprego, garantir a prosperidade dos europeus e assegurar a sustentabilidade da proteção social. No entanto, um número excessivo de recomendações específicas por país não são aplicadas pelos Estados-Membros. A proposta relativa a um programa de apoio às reformas está atualmente a ser debatida no Parlamento Europeu. Como tenciona acelerar a aplicação destas reformas pelos Estados-Membros e garantir a adoção e a rápida execução do programa de apoio às reformas?

Tendo em conta as relações estreitas entre as economias dos Estados-Membros, estou firmemente convicto de que as reformas estruturais são uma questão de interesse comum. Embora se tenham registado progressos tangíveis quanto à grande maioria das recomendações desde o lançamento do Semestre Europeu em 2011, concordo que os progressos têm vindo a ser mais lentos nos últimos anos. Existem também disparidades entre países e domínios de intervenção — registando-se resultados mais positivos no setor financeiro e nas políticas do mercado de trabalho, da fiscalidade e dos transportes. Olhando para a economia real, vemos que as reformas estruturais estão a dar frutos. As reformas correspondentes às recomendações específicas por país contribuíram para o regresso do crescimento em todos os Estados-Membros e para a redução da taxa de desemprego de 10,2 % (UE-28 em 2014) para 6,8 % (UE-28 em 2018). Os países que combatem as deficiências estruturais com determinação tendem a apresentar um rendimento e um crescimento do emprego mais elevados.

No próximo mandato, trabalharei em conjunto com os comissários responsáveis pela economia, pelo emprego e pelas reformas para melhorar a apropriação e acelerar a taxa de execução das reformas pelos Estados-Membros, nomeadamente intensificando a nossa colaboração com as partes interessadas europeias e nacionais e reforçando a coerência do Semestre com os fundos da UE.

Desde 2014, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento têm sido amplamente utilizados para dar resposta aos desafios identificados nas recomendações específicas por país. Considero importante intensificar este compromisso na próxima geração de programas, nomeadamente através do Fundo Social Europeu+, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e do novo fundo para uma transição justa, para mencionar os principais instrumentos de financiamento que têm impacto na criação de emprego, melhoram a vida das pessoas e investem no capital humano.

Durante a atual Comissão, criámos igualmente um serviço específico para prestar apoio técnico às reformas. A procura por parte dos Estados-Membros tem sido elevada. Desde 2015, o número total de projetos de reforma apoiados pelo Serviço de Apoio à Reforma Estrutural da Comissão ultrapassou os 760, abrangendo 26 Estados-Membros.

A proposta de programa de apoio às reformas faz também parte dos esforços para incentivar as reformas. O programa, cujas negociações estão ainda em curso, destina-se a prestar apoio financeiro e técnico aos Estados-Membros, a fim de os ajudar a aplicar as reformas identificadas como sendo absolutamente prioritárias no Semestre Europeu. Estamos atualmente a trabalhar num instrumento orçamental para a convergência e a competitividade da área do euro e dos países que participam no Mecanismo de Taxas de Câmbio II, com base no Programa de Apoio às Reformas. Este instrumento visa apoiar as reformas estruturais e as prioridades de investimento na área do euro. Coordenarei os trabalhos sobre este instrumento, a fim de avançar neste domínio.